



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 84

Sessão Ordinária de Abril

2.ª reunião em 22-04-2013

Aos vinte dois dias do mês de Abril de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Susana Cristina Batista Esteves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Victor Manuel Marques de Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Anabela de Almeida Saraiva, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Casimiro Simões Calafate, Artur Paulo Madañ Lobo, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, e Antero Marques dos Santos. [001](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Raúl Ventura Martins, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Anabela de Almeida Saraiva e Filipe Seça Neves Barbado Guerra. [003](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, e José António Tavares Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, e Júlio Vasconcelos de Oliveira, respetivamente.

Os sucedâneos, Pedro Miguel Melo e Castro Silva Pinheiro e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento:⁰⁰⁴

“Muito obrigado, senhor Presidente. Esta bancada foi oficiada por meu intermédio no sentido de resposta à questão que tínhamos colocado por requerimento na penúltima Assembleia Municipal sobre o processo RODIMO. E entre os vários documentos que pedimos demos destaque a um que tinha a ver com a sentença. Isto na sequência do debate que tínhamos com a Câmara e em que tinha afirmado que a alteração da Câmara face ao pagamento de continuar o pagamento à RODIMO, e na altura perguntámos ao senhor Presidente porque é que a Câmara tinha decidido voltar a pagar!? O Senhor Presidente disse de forma afirmativa. Voltámos a pagar porque fomos obrigados com uma sentença do Tribunal.

Ora, como tínhamos sérias reservas da eficiência dessa sentença solicitámos à Câmara esses esclarecimentos (o Senhor Presidente da Mesa fez o favor de nos fazer chegar essa informação) e em que o que nos envia, o que de facto se chama sentença não é uma sentença condenatória. Dizem os juristas, é uma sentença homologatória. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que esta sentença foi proferida exclusivamente porque as partes chegaram a um acordo e o Tribunal o que fez foi registar esse acordo como entidade imparcial, e dizer então que tinha havido acordo e notificou a Câmara.

Ou seja, aquilo que nós no âmbito da argumentação política dissemos ao senhor Presidente era que não havia nenhuma sentença que condenava a Câmara a alterar o seu procedimento (e por isso pedimos essa informação) e a informação que nos foi fornecida tem cinco linhas e faz alusão às folhas 161 a 163 dos autos que não vieram! Portanto assim é impossível decifrar a informação que aqui está. Portanto pedia que nos fosse dada toda a informação para depois nós voltarmos a discutir politicamente este ponto nesta Assembleia.”

Presidente da Mesa:⁰⁰⁵

“Então se nos fizer chegar de novo outro requerimento, nós despacharemos para a Câmara Municipal fornecer o documento. Então, vamos à ordem do dia.”

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Rui Miguel Macela Leal Vaz e Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu.)

Continuando, o Presidente da Mesa deu início aos trabalhos com o seguinte ponto da *Ordem-do-Dia*.

Ponto 2. – Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Aveiro⁰⁰⁶ - Para anular o Concurso Público para a constituição do direito de superfície para a concepção, construção e exploração de quatro parques de estacionamento público em subsolo e concessão da exploração de um parque de estacionamento sito no Mercado Municipal Retalhista "Manuel Firmino" e de lugares de estacionamento oneroso na via pública, na cidade de Aveiro, decidido e aberto pelo Conselho de Administração da MOVEAVEIRO;

(A [Proposta de Recomendação](#) à Câmara para anular o Concurso Público, foi subscrita por todos os líderes dos Grupos Municipais em reunião de Comissão Permanente).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa deu a palavra aos cinco líderes dos Grupos Municipais para apresentação da proposta de recomendação.

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁷

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Srs. Deputados Municipais, Ex.mo Sr. Presidente de Câmara, Ex.mos Srs. Vereadores e demais presentes.

Encontramo-nos aqui hoje para discutir esta proposta de recomendação subscrita por todos os partidos representados na Assembleia Municipal, entre os quais se inclui o Partido Comunista Português, com os seguintes considerandos: que na reunião extraordinária da Assembleia Municipal de setembro de dois mil e doze esteve agendada a discussão deste tema e foi retirada pela Câmara com a promessa de reagendar novamente, o que não acontece; que qualquer concurso público deste teor carece de qualquer aprovação pela Assembleia Municipal de Aveiro, o que não aconteceu; que existem documentos e estudos sobre matérias relacionadas sobre a mobilidade e estacionamento no concelho de Aveiro, nomeadamente o estudo prévio do Plano de Mobilidade cuja conclusões não justificam a sua necessidade; não houve qualquer debate sobre esta matéria que permita criar um consenso sobre a necessidade da construção de parques de estacionamento e do modelo proposto pela MoveAveiro; e, por último, que o concurso público em questão determina por um período de sessenta anos, facto que compromete, irremediavelmente, as políticas de mobilidade e trânsito nas próximas quinze câmara eleitas. Ora bem... O que discutimos aqui hoje é um assunto sensível e delicado, alvo de controvérsia, e que nasce da publicação de um concurso público em Diário da República no dia quinze de março de dois mil e treze. Sumariamente prevê a concessão do direito de superfície, desde já sublinho, com marcador fluorescente, o direito de superfície para a concessão, construção e exploração de quatro parques de estacionamento - no Centro de Congressos, no Hospital, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, no Rossio, em subsolo – e a concessão e exploração do Parque Manuel Firmino e lugares de estacionamento na via pública de lugares de estacionamento, na cidade de Aveiro.

Ou seja, por um prazo de execução de setecentos e vinte meses no valor total de dezoito vírgula cinco milhões de euros. Primeira questão que se coloca, prévia a todas as demais: legitimidade. Qualquer concurso público deste teor carece de prévia autorização da Assembleia Municipal o que, ao caso, não aconteceu. Dois, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de setembro de dois mil e doze, esta discussão, estava agendada e foi retirada pela Câmara Municipal com a promessa de reagendamento, o que não aconteceu. Ora, assim, viola-se o regimento da Assembleia Municipal no artigo 2º, nº1, alíneas c) e d) sobre o acompanhamento e fiscalização da actividade da Câmara Municipal e, entre outras, das empresas municipais, e ainda o artigo 2º, nº2, alínea q) sobre concessões e concursos públicos. Ora, agravando, quem foi o escolhido para iniciar este processo? A MoveAveiro. Esta, por sua vez, e de acordo com o regime jurídico da actividade empresarial municipal, ou seja, a Lei 50/2012, de trinta e um de agosto, deveria estar extinta. Segundo esta mesma lei emanada da Assembleia da República, seis meses, a partir de setembro de dois mil e doze, já lá vai, deveriam ser extintas as empresas municipais que não cumprissem com: Um, estruturas de receitas próprias inferiores a cinquenta por cento dos subsídios municipais; Dois, resultados operacionais negativos; Três, capitais próprios insuficientes para satisfação das suas respectivas obrigações. Ora, esta lei que, por sua vez, interfere com a actividade do próprio poder local e que, em si mesma, é uma lei duvidosa do ponto de vista constitucional, e que foi aprovada na Assembleia da República pelos partidos PSD e CDS, a MoveAveiro é uma empresa que deveria estar extinta ou em vias de extinção, mas que é a empresa escolhida para fazer um concurso público, com esta dimensão, com esta importância e com esta envergadura, para o concelho de Aveiro.

Sobre o concurso, cumpre dizer, tal como está nos considerandos do documento agora em apreciação que este foi feito sem uma discussão pública do mesmo, que deixa elementos essenciais do domínio e do interesse do espaço público nas mãos de privados, hipotecando instrumentos de intervenção pública e política, o próprio futuro da cidade, pelo menos, pelos

tias setecentos e vinte meses ou sessenta anos, em caso da sua concretização. O interessado poderia ir ver o relatório de caracterização e diagnóstico que integram o plano municipal de mobilidade de Aveiro, e, em relação ao estacionamento da cidade, poderia saber o seguinte. Que a poente da E.N. 109, em direcção ao centro da cidade, a zona urbana de Aveiro, num raio de seis quilómetros quadrados há uma oferta global de vinte e dois mil cento e quarenta lugares de estacionamento e a procura, de dia, corresponde a dezassete mil e trezentos veículos. De noite, a procura, para esta mesma zona, é de nove mil e seiscentos veículos. Se de dia sobram cinco mil lugares de estacionamento, injustificando qualquer construção de novos parques, de noite a diferença é muito maior. Mais. Estacionamentos existentes de natureza subterrânea como no Mercado Manuel Firmino ou na Praça Marquês de Pombal estão longe da sua capacidade de lotação se encontrar esgotada. Muito longe, quilómetros de distância. Mais, não é expectável que a actual situação social, económica e, até, demográfica, pelo menos fazendo jus aos últimos sensos que demonstram que Aveiro, neste momento, já parou um crescimento franco, como eu dizia, não se justifica qualquer intervenção com a natureza prevista, a construção de quatro parques, a entrega de outro, concessões dos direitos de superfície, por aí fora.

Na última comunicação do presidente, que estivemos a analisar na sexta-feira passada, estava presente um conjunto de referências a um projecto em que a Câmara Municipal participa, e bem, que é o projecto RAMPA. Olhando para esse documento e analisá-lo atentamente, o documento está inserido na Semana Europeia da Mobilidade, o que é que lá está escrito. Isto é um documento que tem o carimbo da Câmara Municipal de Aveiro, tem o selo do Município, portanto, um documento que eu presumo tenha oficialidade e que representa. E ainda bem que o faz porque o documento está muito certo. Diz assim o vosso documento, estou a ler literalmente. Entre outros conselhos que dá aos munícipes, diz o seguinte: «utilizar transportes públicos», «partilhar o carro com colegas, amigos e vizinhos», «deixar o carro mais longe e fazer o trajecto de transporte público, bicicleta ou a pé». Ou seja, este Executivo camarário, esta Câmara Municipal de Aveiro participa num projecto que do ponto de vista do seu vértex vai completamente ao arrepio daquilo que se planeia fazer com a construção de quatro parques de estacionamento, a entrega de outro como brinde e, ainda, o domínio dos lugares de estacionamento já existentes à superfície. Cumpre perguntar que racionalidade económica, urbanística e de mobilidade há neste projecto? Cumpre perguntar se queremos uma política de estacionamento ao serviço do lucro de uma empresa? Ou se queremos que o Poder Local, democraticamente eleito, tenha uma posição fundamental para a gestão das políticas de urbanismo e de mobilidade na cidade e no concelho ao longo dos tempos. Ou se estamos dispostos a alienar, por um prato de lentilhas, pelos tais dezoito milhões e meio, por sessenta anos de liberdade dos autarcas do povo deste concelho em decidirem o que fazerem em relação ao seu território.

Eu terminaria só com duas ideias muito simples. Não quero parecer impertinente, nem arrogante, mas porque já foi aqui trazido este assunto, não sei se pelo Sr. Presidente da Câmara, Élio Maia, se pelo Sr. Vereador Pedro Ferreira, mas há uns tempos, quando se ensaiou esta discussão, a certa altura, dizia-se: cuidado, há lugares de estacionamento, mas estes lugares de estacionamento estão em terrenos de propriedade privada. Em qualquer momento, deixando o privado de permitir o estacionamento perdem-se esses lugares. Cumpre dizer, até adiantando que não pretendo ser desagradável, mas como já sei, mais ou menos como é que as coisas funcionam, que se o privado quiser os terrenos, e eu sublinho o “se”, se isso acontecer a verdade é que esta Câmara Municipal de Aveiro não entraria em rotura de estacionamento, porque a Câmara tem terrenos em zonas privilegiadas da cidade onde pode substituir por estacionamento público. Até é fácil dar exemplos. Ainda na sexta-feira estivemos a referir os terrenos da REFER que passaram para a esfera camarária. Temos, portanto, ali um espaço para, se o munícipes entenderem, estacionarem o carro. Não precisamos

seguramente de hipotecar por sessenta anos o estacionamento na cidade. Tenho dito. Obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

Boa noite a todos os presentes. Há duas questões fundamentais aqui a ser discutidas Uma é o negócio em si, ou como eu acho mais apropriado chamar-lhe é a ‘negociata’ em si. Outra é a forma como o Executivo está a tentar fugir à Democracia, evitando trazer a discussão deste tema à Assembleia Municipal. Porque, de facto, o que este executivo fez, quando retirou este ponto da Ordem de discussão e não o voltou a agendar, foi ver se passava com um elefante pelos intervalos da chuva.

Isso leva-me àquilo que foi dito aqui pelo vice-presidente Carlos Santos na última sessão desta Assembleia: “Ganhámos as eleições”, disse ele! “e podemos fazer o que quisermos até ao último dia de governação”. Seguindo um discurso mais ou menos conhecido, eu digo ao vice-presidente “No! You can’t”.

E esta é a assunção de que este executivo não conhece o significado da palavra Democracia. Pior ainda: não sabe qual a importância de fazer uma programa eleitoral, porque não respeita o seu próprio programa. Não se respeita a si mesmo. Para vocês o Poder político não serve para servir os cidadãos. Serve sim, para se servirem a vocês mesmos.

Em Aveiro neste momento, são detectadas famílias a viver abaixo do limiar da pobreza, em Aveiro são detectadas situações de fome, de famílias sem água canalizada em casa. Em Aveiro as estradas estão cheias de buracos e, pior ainda, já há pessoas a pernoitar nessas ruas.

E neste cenário de miséria qual é a prioridade desta Câmara? Fazer parques de estacionamento subterrâneos. Seria cómico, se não fosse trágico!

Este concelho até tem a sorte de ter cidadãos que se interessam. Cidadãos que querem mais Aveiro e que se organizam para debater este e outros temas importantes.

O que é a Câmara faz? Nada. Nem sequer os ouve. E não é a primeira vez que o faz...

Mas aqui, apesar de não querer, tem que nos ouvir. Em primeiro lugar, não faz sentido absolutamente nenhum tomar uma medida destas por 60 anos.

Ao fazê-lo, a Câmara estaria a condicionar toda a política de mobilidade no concelho por um período de tempo, que iria afectar pelo menos três gerações de aveirenses — e nenhum poder político tem ou deve ter legitimidade para tal. É simples.

Além disso, esta é uma medida que carece, obviamente, de fundamentação técnica. Ninguém sabe, nem pode sequer imaginar, o que vai ser o concelho e a mobilidade no concelho daqui a dez anos, quanto mais daqui a vinte, trinta, quarenta, cinquenta ou sessenta.

Portanto, ao fazer esta concessão, este executivo está a entrar num terreno altamente pantanoso muito grave. Está a perder o controle da política de mobilidade durante um exagero de tempo, e só quem não faz a mínima ideia do que anda a fazer na política, pode ter a presunção de tomar uma medida destas.

Pior ainda. Está a perder uma receita que colocava, mais de um milhão de euros por ano nos autocarros públicos em Aveiro.

Era com esta receita que os aveirenses podiam ter transportes públicos de forma sustentável, e é por causa desta negociata que ficaram sem eles, sem os autocarros.

Com vocês já não se controla água, já não se controla os autocarros, agora não se vai controlar o estacionamento. Qualquer dia não temos cidade. E qualquer dia Aveiro é um vazio.

Depois, outra verdade indesmentível: os quatro parques que a Câmara quer construir não são necessários para nada. Ninguém os quer, a não ser quem vai lucrar com eles, claro.

Não sou só eu que o digo. São os números de vários estudos. Foi o próprio técnico contratado pela autarquia para redesenhar o centro urbano da cidade. 1800 lugares livres nos parques subterrâneos, uma taxa de ocupação inferior a 30%. Mesmo à superfície, a taxa de ocupação é

de 80%. Quatro novos parques subterrâneos para quê? E não me venham dizer que acham que no futuro vamos precisar de mais lugares de estacionamento. Se acham isso, apostem nos transportes públicos como forma de prevenção, aproveitando as receitas que o estacionamento dá actualmente, em vez de os destruir da maneira que o estão a fazer.

E por fim, para já, que concurso público é este! Em que apenas duas empresas neste país estão em condições de concorrer? Não sou eu que o digo. É a Bragaparques. Há uma condição de participação para a entidade concorrente completamente absurda, diz que «tem que ter uma experiência de cinco anos em parques com 5.000 lugares e de 10.000 na via pública»! Em Portugal apenas duas empresas respeitam essa condição, ou seja, apenas duas empresas podem participar deste pseudo concurso público. Duas.

A Câmara Municipal de Aveiro fez um concurso ao qual só duas empresas podem concorrer. Qual delas é a vossa amiga? E de transparência estamos conversados.

Para terminar, num tema tão importante e determinante para o concelho, uma palavra todos os aqui presentes. Hoje vamos ver quem está perto da população e quem está longe da população. Tenho dito. Obrigado.”

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[009](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos. Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara. Estamos, realmente, perante um desrespeito da Câmara face a esta Assembleia. Um documento tão importante, um projecto tão importante, como a Câmara o intitula e diz que é, penso que foi um desrespeito não o ter colocado em agendamento nesta Assembleia e de ter avançado com um concurso público que deixa muito a desejar e muitas dúvidas levanta, nomeadamente até aos próprios concorrentes.

Não compreendemos porque é que é esta grande necessidade destes quatro parques de estacionamento na cidade, ou qual a grande necessidade de patrocinar ou cativar lugares públicos à superfície, enfim, de fazer mil e um males à cidade e que em nada vão abonar esta autarquia, em final de mandato. Estamos perante uma situação que deverá ser repensada, a Câmara terá que aceitar a recomendação que nós aqui subscrevemos. Haverá outras situações e outras formas de resolver o problema do estacionamento na cidade, se é que ele existe. Porque já aqui tenho, por várias vezes, dito há bastante espaço, bastantes lugares, a cem metros e a duzentos metros do centro da cidade que não se justifica que se faça este esventramento na cidade de Aveiro e muito menos na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, ou noutros lugares bem pertos como, por exemplo, no Rossio. Temos o parque de S. Roque que está vazio, temos aquela área até à antiga Lota que está vazia, porquê agora irmos fazer um enorme buraco no Rossio, sem sabermos se vai ou não resultar. São lugares difíceis para se fazerem escavações. Temos o caso de alguns concursos que a Câmara fez e que depois tiveram que ser adiados porque as fundações oneravam e muito todo o projecto. Só perante isto penso que a Câmara deverá repensar esta ideia.

Apenas quero realçar que esta Assembleia é um órgão fiscalizador, como já referi várias vezes, a Câmara Municipal de Aveiro tem aceite muito boa coisa que esta Assembleia tem decidido e nós estamos aqui para melhorar Aveiro e para melhora a vida do cidadão aveirense. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Rui Miguel Macela Leal Vaz)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[010](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Quando o Partido Socialista tomou a iniciativa de agendar e propor aos outros partidos o agendamento deste ponto estava longe de imaginar as consequências políticas que este agendamento traria à relação entre o Sr. Presidente da

Câmara e o Partido que o tem apoiado desde há sete anos a esta parte, porque, de facto, a única coisa que nos preocupava e preocupa é garantir de toda a forma que este concurso público seja anulado e não prossiga. E esse é o principal e único argumento para que neste momento o Partido Socialista tenha feito esta proposta de recomendação à Assembleia Municipal. Há quatro argumentos políticos, eu penso que depois da intervenção da Câmara nós entraremos nas questões mais técnicas, mas há, pelo menos, três grandes argumentos políticos que são incompreensíveis neste processo. Por um lado o facto deste ponto já ter sido agendado pela própria Câmara e ter estado agendado na Assembleia Municipal de Setembro do ano passado. Se a determinada altura a Câmara achou ou considerou que era importante este assunto ser discutido nesta Assembleia Municipal, terá que ter acontecido alguma coisa de fundamental para que, a determinada altura, deixe de considerar que a Assembleia Municipal é um palco, um fórum, importante para este debate. Podia ter sido o caminho que este próprio debate pudesse ter feito na cidade. Coisa que não aconteceu.

Este tema foi tudo menos o exemplo do tal debate e da tal política de proximidade de que o Sr. Presidente da Câmara fala, propala, mas depois quando se vai a ver o resultado prático daquilo que é dito, ele é igual a zero. Ou porque se ouviu, de facto, algumas pessoas mas depois o que se decide é exactamente aquilo que não estava previamente definido. Ou porque, como neste caso, não houve qualquer tipo de discussão. Uma das questões estranhas é ter ouvido, de forma surpreendente, a surpresa do Prof. Jorge Carvalho, que lidera a equipa técnica que está a fazer o estudo da Avenida, dizer que ele próprio tinha ficado surpreendido e repudiava, não sei se é este o termo, não sei se estou a ser exacto, mas é algo semelhante e é este o significado, mas não tinha tido conhecimento e não tinha sido abordado, e que esta proposta tinha ido ao arrepio daquilo que era o diagnóstico que se fazia sobre as políticas de mobilidade e o próprio caderno de encargos que a Câmara tinha entregue àquele grupo de trabalho para fazer o estudo para a Avenida. E, portanto, logo aqui, como estamos a falar de alguém e de uma equipa que foi escolhida pela própria Câmara para fazer uma intervenção que é tão importante que até faz parte da justificação para este concurso e para esta concessão, é também para resolver a questão da intervenção da Avenida que a Câmara Municipal optou por propor à MoveAveiro, e a MoveAveiro aprovar este concurso público, portanto, é, de facto, muito estranho que o próprio líder desse grupo de trabalho tenha ficado surpreendido e conteste aquilo que é a proposta.

Uma outra questão, talvez a última por ora, tem a ver com a oportunidade. Estamos a seis meses das eleições, o Sr. Presidente da Câmara é presidente da câmara há sete anos e meio, não vai ser o próximo presidente da câmara, e estamos perante uma circunstância em que seria prudente, diria muito prudente e eticamente recomendável, que uma posição destas, uma decisão destas fosse amplamente discutida e que tivesse o máximo de consenso possível e que fosse legitimada pelas pessoas. Já aqui foi dito, e é verdade, nunca em circunstância alguma esta questão, tal e qual ela é considerada no concurso público, foi algum dia apresentada aos aveirenses para ser discutida e muito menos foi sufragada e legitimada. E não estamos a falar de algo que é uma pequena intervenção, não estamos a falar de algo que seja reversível. Estamos a falar de algo que é completamente irreversível e que condena as políticas de mobilidade nos próximos sessenta anos. E esta é uma visão que o Sr. Presidente defende e que, pelos vistos, nenhuns dos partidos desta Assembleia defende, e que ao fim e ao cabo são os partidos que democraticamente representam os cidadãos defendem. Eu penso que no final desta discussão o Sr. Presidente, e penso que deveria ter começado por aí, se esta proposta de recomendação for aprovada, e é um repto, é uma pergunta que lhe fazemos, o Sr. Presidente assume, ou não, o compromisso de anular o concurso público para a concessão do estacionamento. É uma pergunta que fica e eu gostava de ter a sua resposta, exactamente de forma objectiva como coloquei a pergunta. Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu)

Vogal Manuel António Coimbra PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Todos nós sabemos que os momentos não estão fáceis, principalmente para as empresas municipais. Temos, neste momento, uma situação que pode ter a sua gravidade e tem que levar a uma resolução de modo a que possa não haver perda de postos de trabalho, que possa haver uma situação que seja de benefício para todo o Município, para todos os cidadãos, para todos os trabalhadores, dessas empresas municipais. A MoveAveiro, segundo os critérios que levam à extinção das empresas municipais, é uma empresa que pode ter que ser extinta dentro de algum tempo. E, por isso, compreendemos que esta Câmara Municipal de Aveiro esteja a procurar soluções que permitam minimizar os problemas que uma situação destas poderá vir a causar. Por isso aceitamos que esta solução que aqui nos foi proposta, que foi proposta à MoveAveiro, de poder lançar um concurso público para a constituição do direito de superfície, concessão e construção dos parques de estacionamento, possa ser uma solução. Mas o que nós gostaríamos era que esta solução tivesse sido discutida nesta Assembleia. Temos discutido, nesta Assembleia, muitos assuntos. Não podemos hierarquizar a importância dos assuntos, já que todos os assuntos que vêm à Assembleia Municipal são importantes, é verdade. Mas com certeza que um assunto destes é um assunto deveras importante para ser tratado numa Assembleia Municipal. Por isso nós gostaríamos que o agendamento que houve numa reunião extraordinária em setembro de dois mil e doze, para discutir este assunto, tivesse sido consequente. E não o foi.

Nós achamos que um concurso público com este teor, envolvendo tantos anos, envolvendo tantas pessoas, pudesse ter a aprovação da Assembleia Municipal e que fosse criado um consenso na Assembleia Municipal quanto a esta matéria. Esta Assembleia Municipal é uma assembleia municipal democrática e, por isso, funciona por maiorias. Por isso, tem havido a decisão da maioria em apoiar aquilo que são as políticas certas que este Município tem vindo a seguir. Existem documentos que a Câmara Municipal tem, alguns deles já foram trazidos a esta Assembleia, lembro que ainda hoje à tarde alguns de nós na Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro onde, mais uma vez, foi falado dos estudos que os próprios técnicos da Câmara Municipal de Aveiro prestaram a toda a comunidade intermunicipal, aos estudos que estão em curso também por parte da Câmara Municipal de Aveiro em relação à mobilidade, há, por isso, todo um conjunto de estudos que eu acho que seriam importantes nós podermos enquadrar e perspectivar como sendo aquilo que queremos de melhor para o nosso Município. E, neste caso, para o nosso centro da cidade. Já há um tempo nós discutimos a possibilidade, e esta bancada do PSD aprovou, de se poderem construir parques de estacionamento no modelo semelhante àquele que agora aqui veio a ser proposto. Mas o enquadramento desses parques de estacionamento deste que agora, não tendo sido proposto, nem comunicado, vimo-lo como meros cidadãos através da comunicação social. E o enquadramento era este. É que o Município de Aveiro tinha o desígnio que infelizmente não se concretizou de que pudessem ser requalificadas treze escolas e pudessem ser construídas de raiz outras treze escolas, ou seja num total de vinte e seis escolas. E o concessionário que construísse essas escolas poderia ter o benefício de poder explorar parques de estacionamento e requalificar algumas zonas da nossa cidade, que nós achamos serem importantes e que deveriam ser requalificadas. Uma delas é a Avenida, já aqui foi falado; a importância que tem a Avenida. Os estudos que já se pediram à Universidade. É importante que a Avenida Dr. Lourenço Peixinho tenha essa requalificação, e as obras e aqueles estudos que foram propostos pudessem ser consequentes. Isso só pode ser consequente quando há alguém que possa também participar e tendo benefício também dessa participação. Seria uma parceria que seria benéfica para todos, para o Município, para o empreiteiro que fizesse essa obra e também para os cidadãos. E também requalificar o Bairro da Beira Mar, o Rossio, e todas

essas zonas. Infelizmente, este enquadramento não se verifica nesta proposta que a MoveAveiro, ou neste concurso que a MoveAveiro neste momento lançou. Por isso, mais do que estar a discutir os moldes como o concurso foi lançado, nós gostaríamos era de discutir este assunto numa Assembleia Municipal, pode até já não ser esta nossa assembleia municipal porque estamos a aproximarmo-nos do fim do mandato, mas achamos que seria muito importante que uma assembleia municipal se pudesse pronunciar sobre uma matéria destas e pudesse dar o seu sim, não no sentido de hipotecar o futuro, aliás como o Sr. Presidente da Câmara muitas vezes tem aqui dito que quer não deixar nenhuma herança pesada para o futuro, e nós achamos que, realmente, é essa a nossa postura, e tem sido esta a nossa postura desde o princípio em que assumimos o apoio a esta Câmara Municipal, mas sim criando consensos para o futuro. Nós, membros da Assembleia Municipal representando o Partido Social Democrata achamos, por bem, que devíamos subscrever uma proposta de recomendação que foi assinada por todos os partidos para podermos propor à Câmara que anule este concurso público que foi promovido pela MoveAveiro, para que este processo possa vir à Assembleia Municipal, e possa seguir os trâmites que nós achamos que são os trâmites que devem ser seguidos numa sociedade que se diz que é democrática e que ouve aqueles que têm a legitimidade para poderem ser os representantes de todos os munícipes aveirenses. E essa a proposta que nós fazemos à Câmara e que gostaríamos muito que, se for aprovada por uma larga maioria, como espero que seja, por esta Assembleia, e que o Sr. Presidente de Câmara possa acatar esta proposta de recomendação, que não é nenhuma obrigação, mas que o Sr. Presidente de Câmara pudesse entender este nosso acto como um acto de querer repensar a nossa cidade. Repensá-la em conjunto com todos os membros desta Assembleia Municipal, com os técnicos e com os aveirenses. muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[013](#)

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Algum enquadramento em relação a este assunto, transmitindo também as motivações e os antecedentes que levaram a que aqui se esteja, hoje. Como sabem nós temos tido algumas preocupações e houve algumas questões prévias que importa aqui relevar. A primeira é o compromisso que assumimos para o segundo mandato de redução do número de empresas municipais. Para o primeiro mandato o compromisso foi o de impedir a proliferação de empresas municipais, para o segundo o objectivo foi a redução de empresas municipais. Uma opção política, tem um conteúdo ideológico, e foi com essa perspectiva que este processo começou a ser desencadeado. Entretanto, como sabem, em trinta e um de agosto do ano passado, verificou-se o problema da publicação da Lei 50/2012. A partir daí aquilo que era uma vontade mais política transformou-se numa obrigação legal. Isto é, seis meses após a publicação dessa lei, aquela empresa específica deveria entrar em processo de dissolução, e teria depois dois anos para ser extinta. Temos outras lógicas que temos procurado respeitar no nosso mandato e uma delas é procurar fazer obras apenas com participação da União Europeia ou obras em que não seja necessário gastar dinheiro. Temos pretendido, apesar das circunstâncias, trazer mais investimento para Aveiro e no momento de crise, quer nacional, quer internacional, tudo o que seja investir, tudo o que seja criar emprego, é, naturalmente, positivo. Temos procurado, e há pouco foi aqui referido, valorizar o papel do cidadão, do peão e dos modos de mobilidade suave, no espaço urbano da cidade, e temos tomado algumas iniciativas nessa área. E, por último, temos procurado encontrar uma solução para o processo, já referido, da Avenida. Andamos há vinte anos a fazer estudos da Avenida mas o que é certo é que na prática, no concreto, no terreno, o processo não avança. Foi com este enquadramento que fomos confrontados com essa obrigatoriedade de extinção da MoveAveiro, perante a qual temos dois problemas graves, além

de muitos mais. O primeiro tem a ver com a situação financeira da empresa. A empresa tem, como sabem, neste momento, um passivo que ronda os quatro milhões de euros. E para que, no prazo de dois anos, possamos cumprir a lei e extinguir a empresa temos que pagar esses quatro milhões de euros de dívida. Não podemos extinguir a empresa tendo, a empresa, dívidas. O segundo problema, também já aqui referido noutras Assembleias, tem a ver com a questão social. Na MoveAveiro, num universo que, na altura, rondaria os cento e cinquenta funcionários, há setenta funcionários que não têm vínculo à Função Pública e que no dia da extinção da Empresa esses setenta funcionários são despedidos. Não há alternativa nenhuma, não há enquadramento legal nenhum, e esse é um problema social grave para o qual temos que procurar encontrar soluções para o minorar. Havia três soluções. Uma era a internalização dos funcionários, mas tem o inconveniente dos setenta não poderem vir para o Município. Portanto, ficavam setenta de fora o que inviabiliza esta solução. Havia a alienação pública da empresa, mas pareceu-nos uma área demasiadamente radical. E, por último, a concessão dos diferentes serviços da empresa. E, das três soluções, optámos pela que nos pareceu menos má. Optámos, então, por avançar com concursos de concessão para as diferentes áreas de negócio da empresa. E, neste momento, já estão publicados em Diário da República três concursos: dos transportes públicos, da MoveRia e da MovePark. Até trinta e um de agosto de dois mil e doze todo este processo das concessões foi conduzido pela Câmara. Foi a Câmara que assumiu a liderança de todo o processo. Daí que a dezassete de agosto, catorze dias antes dessa publicação da lei, tenhamos aprovado, em reunião de câmara, uma proposta que foi remetida a esta Assembleia com as condições gerais das concessões desses concursos a promover nas diferentes áreas. Essa proposta foi aprovada em reunião de câmara uma proposta que foi remetida a esta Assembleia com as condições gerais das concessões desses concursos a promover nessas diferentes áreas. Essa proposta foi aprovada em reunião de Câmara, em dezassete de agosto, foi remetida a esta Assembleia e analisada aqui em parte. Não no seu todo mas em parte. Posteriormente, numa análise mais atenta, mais minuciosa além de trinta e um de agosto, como eu próprio referi, e colocados perante a irreversibilidade da extinção da empresa, em termos de obrigação legal, considerando os quatro milhões de dívidas que a empresa tem, o que obrigava o município para extinguir a empresa a passar quatro milhões de euros para a empresa, pareceu-nos melhor corrigir o caminho que estávamos a percorrer. Assim, pareceu-nos mais conveniente que em vez de ser a Câmara a promover os concursos, o que obrigaria a Câmara a passar esses milhões nas eventuais receitas que pudessem acontecer, deveria ser a empresa a liderar esses processos, no respeito pelos estatutos da empresa que foram aqui aprovados pela própria Assembleia Municipal. Assim, a empresa ficaria com as mais-valias decorrentes reduzindo, grandemente, as suas dívidas. E os encargos que a Câmara teria que assumir, na fase de extinção, seriam, naturalmente, muito menores. E foi isto que aconteceu.

Esta mudança levou-nos a cometer uma falha, da qual nos penitenciamos. Mesmo assim, com esta alteração, face ao que tinha acontecido o processo deveria ter vindo novamente aqui. Não por questões de legalidade, nem por questões de obrigatoriedade, mas apenas por uma questão de respeito para com a própria Assembleia. Na complexidade da preparação de todos os concursos, e estes processos são extremamente complexos de serem concretizados, esse facto passou-nos, mas procurámos corrigir essa situação logo que tal nos ocorreu propondo, por escrito, ao Sr. Presidente da Mesa nos assuntos a serem agendados para a Assembleia de Abril, para esta em que estamos, a inclusão de um ponto que está na ordem de trabalhos para apresentação e análise de todo o processo de extinção da MoveAveiro, nomeadamente a questão dos diferentes processos concursais. O que atesta, naturalmente, a nossa vontade em que o assunto fosse aqui discutido e aqui analisado.

Especificamente quanto ao processo dos parques o que é que se passa, então. Estamos a auscultar, e o processo está nessa fase, e apenas nessa fase, estamos a avaliar o eventual interesse de privados na construção de parques de estacionamento na nossa cidade. Nesse

processo, que certamente já terão tido a oportunidade de ler, há conclusões que são importantes. A primeira, é que o nosso município não assume qualquer responsabilidade, nem directa, nem indirecta, nem presente, nem futura, por investir ou por gastar um cêntimo. E isto é nuclear. Não assumimos qualquer espécie de risco, seja a que título for. A Câmara não tem que financiar a operação, não tem que viabilizar financiamentos, e a Câmara tem ainda uma caução de garantia bancária do concessionário de perto de meio milhão de euros. No caso de incumprimento, por parte do concessionário, a concessão, no estado em que está, reverte, juntamente com a caução, para o Município. Assim, todo o processo a acontecer decorrerá sob total e única responsabilidade do eventual promotor privado. Outra nota importante, é que está previsto um investimento que rondará os sessenta milhões de euros. isto é, como referi, num momento de crise, de dificuldades, de recessão, ter, no nosso concelho, um investimento privado desta grandeza, a surgir, é algo que, na nossa perspectiva, devemos saudar e acarinhar. Há outras vantagens que são claras, no processo. O valor correspondente à liquidação dos direitos de superfície, abaixo do solo, e o que está em causa, nesta concessão, é só subsolo, não há direito de superfície à superfície, portanto, o que está aqui em causa, neste processo de concessão é apenas concessão do subsolo, porque à superfície continua a ser do município, está previsto um encaixe, à cabeça, que é muito importante para, como referi logo no início, aliviar o passivo da empresa. Está também aí definido, no programa concursal, sob a forma de rendas, o pagamento de uma renda anual durante o prazo de concessão. O que é que se pretende com essa renda? É que essa renda venha a colmatar aquela que é a receita que se perde em termos de estacionamento à superfície. Como sabem, nas contas aprovadas da MoveAveiro de dois mil e onze, que são as últimas contas que são aprovadas, esse estacionamento à superfície registou um lucro de duzentos e vinte e um mil euros. Está lá nas contas. O que se pretende com isto, e está no programa concursal, é que os eventuais concorrentes se comprometam no concurso, é um dos critérios que define o vencedor, juntamente com a entrada, com o pagamento de uma renda que compense e que possa ressarcir a MoveAveiro ou o Município desse valor que se deixa de receber. Há também outra vantagem que é a requalificação do espaço urbano em todas as zonas que sejam objecto de intervenção. E aqui há um investimento que se estima, na totalidade, em cerca de doze milhões de euros, sem despendermos qualquer importância. Há ainda a valorização do património imobiliário aveirense, porque, como sabem, transitoriamente, tudo o que venha a ser construído passa para o município e no final da concessão passa para posse plena do município. Há ainda a valorização do espaço da cidade à superfície que pretendemos valorizar e devolvê-lo aos cidadãos. Agora temos, na Avenida, uma mescla de carros e pessoas a circularem todos no mesmo patamar ou ao mesmo nível. O que se pretende é que esse conflito possa ser minorado. Os carros passarão para baixo, em termos de estacionamento, continuará a haver circulação mas deixará de haver aquela amálgama à superfície. E devolve-se a superfície ao peão. Há também a dinamização do comércio e serviços, que esperemos que aconteça com isto. Em termos financeiros há uma outra vantagem e que também está previsto no programa concursal. O eventual interessado se obriga a dar prioridade na admissão de funcionários a funcionários da MoveAveiro. Nós na MovePark teremos cerca de vinte e cinco a trinta funcionários que reúnem esses requisitos e que, naturalmente, se isso acontecer, são vinte e cinco a trinta pessoas que terão emprego, mas a quem não teremos que pagar o vencimento. Há ainda os gastos de manutenção de todas essas áreas que estão em causa e que irão ser suportados por esse eventual interessado. E há, por último que não em último, resposta para uma pergunta que é feita muitas vezes pelo Sr. Presidente da Junta da Freguesia da Vera Cruz quando diz que “já ando farto de estudos, só vejo estudos, são estudos em cima de estudos, não vejo é obra nenhuma na Avenida”. Como sabem, o município não tem condições financeiras para investir na requalificação da Avenida, na sua totalidade. A estimativa que se aponta é de cerca de quatro milhões de euros. Naturalmente que não há solução, por parte do município, para fazer as obras. Neste programa concursal, a acontecer,

essas obras terão que ser realizadas da Estação até à Ponte Praça por esse eventual interessado no concurso. Certamente que encherá de alegria, se isso acontecer, o Sr. Presidente da Junta da Vera Cruz que tanto tem lutado pela requalificação e pela valorização desse marco urbano que é a Avenida.

Para concluir, duas ou três notas. Quanto aos documentos e estudos sobre matérias relacionadas com a mobilidade e estacionamento no Concelho de Aveiro que não justificam esta necessidade, ambos esses estudos, quer o Plano de Mobilidade, quer o Plano Municipal de Mobilidade, dizem, efectivamente, que há oferta de estacionamento pago no centro de Aveiro e que tem uma ocupação diminuta, cerca de vinte e cinco por cento. Mas logo a seguir ambos os estudos dizem, tanto no estacionamento diurno, como nocturno, estacionamento de superfície indevido e ilegal que ultrapassa os cento e cinquenta por cento. Se a estes juntarmos todas aquelas zonas aqui referidas há pouco, nomeadamente nesses terrenos privados, a oferta deixa de ser demasiada para passar a ser insuficiente. Não houve qualquer debate sobre esta matéria que permita criar consensos sobre a necessidade dos parques de estacionamento. Deixem-me confessar-vos isto. Parece que estamos aqui com uma originalidade, que estamos a apanhar todos de surpresa. Parece que estamos a inventar e a tirar da cartola parques novos, nas costas da Assembleia, sem conhecimento da Assembleia, ignorando a Assembleia, em todos estes processos. Mas o certo e a verdade é que o Parque do Hospital está previsto e aprovado no Plano de Urbanização do Pólis. Está lá o parque aprovado. Portanto não foi propriamente uma coisa que seja original, que seja nova. Está aprovado e integra um instrumento de planeamento. O Parque do Centro Cultural e de Congressos está aprovado no Plano de Pormenor do Centro. Foi aprovado já há uns anos, ainda há cerca de dois veio aqui com umas alterações e outros locais, mas esse parque integra um instrumento de planeamento e foi aqui aprovado por esta Assembleia. O Parque da Avenida está incluído na Avenida. Ainda há dois, três, quatro, meio ano aqui foi apresentado um estudo por parte daquela equipa e que integra esse parque de estacionamento ou a possibilidade da construção desse parque. O Parque do Rossio, que é o quarto, com o qual se prevê que os veículos que entrem pela rotunda dos Marnotos possam estacionar, logo ali, nessa zona sem virem aumentar e congestionar o trânsito na cidade, foi aqui apresentado e falado numa Assembleia Extraordinária. Portanto, não estamos a inventar parques. Estamos apenas a tentar criar condições para se construírem os parques aprovados pela Assembleia ou que integram estudos ou que integram instrumentos de planeamento. Para além disso, e já aqui foi referido, este conjunto destes quatro parques estiveram aqui numa demorada e acalorada discussão, numa Assembleia extraordinária que decorreu em finais de dois mil e sete ou início de dois mil e oito. Podemos alegar muita coisa, menos desconhecimento e surpresa em relação a estes assuntos. Outra nota, ouvi aqui quatro, cinco, seis vezes, a afirmação que é um concurso que determina um período de sessenta anos de concessão. Vamos ser rigorosos... cinquenta anos com hipótese de mais dez anos, se essa for a deliberação que a Câmara tome, não são sessenta. São cinquenta anos. Se eu alugar uma casa por seis meses, não é o mesmo que alugar por três mais três. Se alugar por seis, são sei, se alugar por três podendo alugar por mais três, naturalmente, alugo por três. Mas devemos ser ainda mais rigorosos. Em Aveiro já foi construído um parque por um período de cinquenta anos e foi aprovado, pelo menos, mais um para ser construído no Plano do Centro como já há pouco referi. E não li, na altura, grandes problemas, grandes questões de mobilidade, nem da circulação de veículos. Não havia grande problema. Mas há outro pormenor importante neste processo. É que essa concessão foi aparentemente por cinquenta anos. Porquê? Porque pelo contrato que foi assinado a concessão começava a contar a partir do dia de início de funcionamento do parque. Como o parque demorou cerca de cinco anos a ser construído, significa que, em relação à data do contrato, essa concessão não foi por cinquenta anos mas foi por cinquenta e cinco anos. Neste caso, no caso que temos aqui em apreço, conforme consta do programa de concurso, a data são cinquenta anos com as hipóteses, se a Câmara deliberar de serem mais dez anos, mas começam a contar, todos os prazos, no dia da assinatura do

contrato. Se a obra demorar cinco anos, são cinco anos que foram contados para a concessão. E não a acrescentar acima da concessão.

Não são precisos parques e não há estudos que justifiquem os parques. Eu não sei se tivemos a noção daquilo que já referi aqui diversas vezes. Quando aquele terreno que está em frente ao Meliá fechar, que é dum privado, quando todos aqueles terrenos que estão no prolongamento do Centro de Congressos, onde estão as árvores, fechar, quando o da Savecol fechar, quando aqueles terrenos do PP do Centro e que estão ocupados por carros fechar, são todos de privados. No dia em que eles fecharem eu não sei o que vai acontecer em termos de estacionamento na cidade de Aveiro. Quem está nestes cargos tem a obrigação de antecipar problemas, tem obrigação de antecipar soluções, e não esperar que os problemas surjam. Foi também aqui dita uma afirmação que é recorrente. Não são necessários parques a não ser para quem vai lucrar com eles. Ora vamos analisar um pouco isto. Não são necessários parques. Quer dizer que não são necessários porque não há utilizadores para os parques. Não havendo utilizadores para os parques, não há quem pague os parques. Não havendo quem pague os parques ninguém pode lucrar com os parques. Se me dizem que não há necessidade de parques a não ser quem vá lucrar, mas como é que eu posso lucrar se não há necessidade de parques. Isto significa, naturalmente, que os parques serão necessários. Mas quem tem de fazer as contas, neste processo, não somos nós. Quem tem que contabilizar e avaliar se são necessários, se dá prejuízo, se dá lucro, não somos nós porque não temos risco nenhum no negócio. E não estou a ver nenhum investidor, vir atolar-se, num investimento de sessenta milhões de euros se não tiver a certeza, pelo menos em estudos, que isso é possível.

Gostei muito da eleição que o Bloco de Esquerda fez da BragaParques. Como sabem, me Lisboa, a BragaParques foi apresentada pelo Bloco de Esquerda como o exemplo maior e liderante da corrupção, das negociatas e do compadrio, existentes no nosso país. Isto foi em Lisboa. Em Aveiro o mesmo Bloco de Esquerda elegeu e destacou a mesma empresa como uma empresa aparentemente séria e isenta e honesta cujos alertas deveriam ser tidos em devida conta. O Bloco de Esquerda tem, naturalmente, de se entender porque a mesma empresa não pode ser Deus e o Diabo em simultâneo. Só pode ser uma das duas coisas.

Foi também dito que nós impedimos os aveirenses de terem transportes públicos sustentados financeiramente. Só para dar dados actualizados para vermos quanto é que isto custa à MoveAveiro, quanto custa a todos nós cidadãos, não é aos vizinhos, é a nós. Para além dos quatro milhões de dívidas que lá estão e que vamos ter que pagar, a Câmara Municipal de dois mil e cinco até à data de hoje, até à data de dezoito de abril, transferiu, passou, para a MoveAveiro, não são intenções, nem desejos, nem planos, nem orçamentos, transferiu para a MoveAveiro quase catorze milhões e meios de euros. São três milhões de contos. Ouvi aqui ao lado a afirmação: “e bem”. E muito bem porque é exactamente por isto que o nosso país está no estado em que está. É quando andamos a gastar três milhões desnecessariamente porque há quem faça o mesmo serviço, conforme está a ser provado agora, melhor, fá-lo sem custos para nós e fá-lo mais barato para os cidadãos. Por último, só dar-vos esta nota. Esta proposta que aqui está ignora por completo a letra e o espírito da Lei 50/2012, ao tentar impedir que a MoveAveiro possa encaixar uma receita que lhe permita formalizar o seu processo de extinção. Bem como irá obrigar, de uma forma directa, que os actuais cerca de quatro milhões de euros de dívidas da empresa entrem directamente nas dívidas do Município. Estes são aspectos importantes que devemos ter em devida conta. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰¹⁴

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁵

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰¹⁶

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁷

Vogal Francisco Picado (PS)⁰¹⁸

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁹

“Eu apenas queria dar uma simples nota a respeito de um pormenor que o Sr. Presidente falou em relação aos parques não serem novidade. De facto falou nos quatro parques, dois deles estando já aprovados em instrumentos de planeamento e outro tendo sido mencionado no âmbito do estudo para a Avenida. Mas, de facto, os dois parques que estão aprovados constam de instrumentos de planeamento do território que estão moribundos e que já não se adequam aos dias que correm. E que as pessoas já não querem. Em relação ao parque que foi falado para o Rossio ouvimos, há pouco tempo, as declarações de uma das pessoas que esteve envolvida nesse projecto de estudo. E em relação ao parque da Avenida é um remendo a um projecto que já fez anteriormente. E isto tudo não faz muito sentido. E eu julgo que a melhor prova de que os parques de estacionamento não são bem-vindos é precisamente esse factor que mencionou de que existe os parques que estão a vinte e cinco ou a trinta por cento da sua capacidade. Nós passamos na cidade e os estacionamentos à superfície, durante o horário em que são taxados, estão vazios, mas que há cerca de cento e cinquenta por cento de estacionamentos ilegais, e que os parques privados gratuitos estão cheios. E isso é um sintoma de que as pessoas não estão receptivas ou que, se calhar, nem têm condições para sustentar essa situação. Não têm condições financeiras. Eu julgo que todo este assunto deveria ser ponderado um pouco mais. Até porque esse Decreto-Lei que falou, em relação à extinção da MoveAveiro, ele deve, obviamente, ser encarado, estudado, ponderado, mas uma situação desta natureza e, para mais, em final de mandato deveria ser mais ponderada. São dois anos, com possibilidade de se estender mais um. Portanto, eu penso que uma decisão deste calibre mereceria uma maior reflexão.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²¹

“Boa noite a todos. Sr. Presidente, eu gostei muito de ouvir as intervenções que foram feitas, inclusive a do Prof. Manuel António Coimbra. Tinha um pedido de esclarecimento para fazer, na altura, vamos lá ver se eu consegui interpretar bem ou não. Eu fiquei sem perceber bem em nome de que PSD é que falava. Em nome de que PSD em que falava? Se era no PSD da Assembleia Municipal, se era em parte do PSD da Assembleia Municipal, se era no Partido Social-Democrata do concelho ou se era, enfim, a título individual. Fiquei com a convicção de que estava aí uma grande “salganhada” e que o Prof. ia dizendo as coisas mas com algum receio, meio que engasgado ou com vergonha, vergonha política, salvo seja, do que estaria a dizer sobre o concreto. Não podem existir dois PSD. O PSD tem de se clarificar em relação a esta matéria. Clarinho como água. O Vereador Dr. Pedro Ferreira também é do PSD, eventualmente até dirigente do Partido Social-Democrata. Não? Tinha a ideia, mas, pelo menos, já foi. O Dr. Élio Maia é independente, aliás na sexta-feira trouxe um pullover cor-de-rosa e hoje traz uma gravata cor-de-rosa. Tenho registado essa alteração de côr da sua indumentária. Mas o Vereador Pedro Ferreira, o Eng. Carlos Santos são destacados militantes do PSD de Aveiro. E fizeram dois tipos de votação em relação a esta matéria. O primeiro quando era tudo “rosas” na coligação, em que foi aprovado, em reunião de Câmara, este concurso, mas depois, num período em que já não eram “rosas”, o Partido Socialista propôs, na Câmara Municipal, que se fizesse a reversão da medida. Os Vereadores do PSD votaram contra esta proposta que o Partido Socialista apresentou. Portanto, o PSD da Assembleia Municipal procura agora também subscrever, do meu ponto de vista bem, em relação a esta parte concreta, e criar esta divisão. Facto é que o PSD aqui tem dois tipos de postura, dois pesos e duas medidas, em militantes destacados do Partido Social-Democrata.

Mais. Diz o deputado Paulo Marques que não houve diálogo e nós não debatemos isto. Ele não se refere ao debate na Assembleia Municipal, o que é pena, porque o debate, deputado Paulo

Marques, tem de ser aqui. Não há duas Assembleias Municipais. Não há a Assembleia Municipal em que vocês se reúnem e decidem, e vamos lá ver como é que isto é. E depois chegam aqui, nós apresentamos os nossos argumentos, evidentemente em minoria, e vocês votam como já vinha decidido no papelinho de casa, até temos aqui algumas leituras de documentos que são redigidos pelo presidente da concelhia, mas não é para isso que aqui estamos. Estamos aqui para ouvir os argumentos. E o que é certo é que o PSD caucionou sempre, até este momento. E neste momento não podemos ser alheios ao facto do PSD ter um novo candidato. Estamos a assistir hoje ao rompimento formal da coligação “Juntos Por Aveiro”. Estamos sim, e vamos assistir mais, no final, quando chegar à votação. E, se calhar, até à criação de dois PSD. O PSD que ainda é fiel e leal ao projecto que subscreveu em relação ao Executivo “Juntos Por Aveiro” e aqueles que já não estão “Juntos Por Aveiro” ou que nunca estiveram “Juntos Por Aveiro”, e que foram votando as coisas ponto a ponto, à espera que chegasse o D. Sebastião, numa neblina lá para os lados do Farol da Barra. E essa é que é a questão, e é a isso que estamos a assistir hoje. Aguardo, com serenidade mas com muita curiosidade, a intervenção do Prof. Manuel António para nos explicar afinal em que PSD é que fala. Porque este PSD o que fez, até agora, não é um comportamento que seja, do meu ponto de vista, digno para com o Sr. Presidente de Câmara, ou o Presidente de Câmara que subscreveu no projecto “Juntos Por Aveiro”. A pergunta que vos deixo para este início de debate, e guardando os restantes cinco minutos para a minha segunda de mão, é se este PSD ainda está dentro, ainda está junto ou já não está junto?”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[022](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentos aos presentes. A minha intervenção centra-se em esclarecer a minha posição sobre esta matéria, o concurso público lançado pela MoveAveiro para a construção de quatro parques de estacionamento e a concessão de estacionamento de superfície e subterrâneo do Mercado Manuel Firmino, por um período de cinquenta mais dez anos. Recordemos que em dezasseis de agosto de dois mil e doze, o Executivo camarário deliberou, por maioria, remeter este processo para discussão e votação numa Assembleia Municipal extraordinária que se realizou no passado dia vinte e seis de setembro. Naquela data o ponto foi retirado por não existir consenso alargado face a esta matéria. Mas, se bem me lembro, foi efectuada a promessa do ponto regressar mais tarde a este órgão, numa nova Assembleia. Algo que não aconteceu mas que, na minha perspectiva, devia. Por isso, foi com estranheza que constatei o concurso público lançado pela MoveAveiro, no passado dia quinze de março para a concessão, construção e exploração de quatro novos parques, tal como a concessão e exploração do estacionamento já existente. Em setembro tive muitas dúvidas em relação à oportunidade deste processo e hoje tenho ainda mais. Se achava que não existia um plano de mobilidade que sustentasse, de forma eficaz, esta obra, hoje mantenho a opinião. Se achava que esta obra influenciaria demasiado a vida dos aveirenses sem que a mesma tenha sido proposta eleitoral em dois mil e nove, hoje mantenho a opinião. Se achava que a relação custo/benefício não era benéfica para o município, hoje mantenho a opinião. Mas neste momento acrescento. Poderá uma empresa, em vias de extinção, lançar um concurso público para cinquenta e mais dez anos? Poderá a MoveAveiro lançar um concurso de concessão e exploração de estacionamento oneroso presente na via pública quando o direito de superfície pertence à Câmara Municipal de Aveiro? Muitas foram as vezes que apoiei este Executivo, mas desta vez não posso fazê-lo, pois são demasiadas as dúvidas sobre esta matéria.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²³

Boa-noite a todos. Antes da intervenção desejava referir dois pequeninos pontos para esclarecimento futuro, no PSD o líder de bancada assinou ou subscreveu a proposta com o total acordo dos eleitos do PSD e após várias reuniões entre esta bancada e a estrutura concelhia do Partido Social Democrata.

Ao meu amigo Marques Pereira que anda muito preocupado com o PSD, foi na reunião anterior e foi hoje. Ó Sr. Deputado, sobre o assunto PSD e sobre a sua fiabilidade e a nossa postura, sabe Sr. Deputado, apetece-me dizer sobre esse seu discurso: “Quando a ignorância fala o bom senso remete-se ao silêncio”! Por isso desculpe Sr. deputado, mas sobre esse assunto não leva resposta — Sr. Deputado não aumente os decibéis e altere os argumentos.

Agora sobre a MoveAveiro. Para nós, bancada do PSD, é uma empresa em processo de extinção, que pode ser mais ou menos demorado — mas claramente, um concurso com conceção por 60 anos não faz, não pode fazer, de um processo de extinção.

Nós nesta bancada não somos contra novos estacionamento em Aveiro, nós nesta bancada não somos contra a concessão a privados destas obras e destes projetos.

Nesta bancada e após deliberação em reunião de Câmara em que este assunto deveria vir a esta Assembleia (e veio em reunião extraordinária) onde o executivo pelos motivos que na altura entendeu pertinentes retirou o ponto e todos pensávamos que este ponto voltaria a vir a esta Assembleia pois não tivemos conhecimento que em reunião de Câmara este assunto tivesse sido votado e retirado a sua vinda a esta casa. Dizia atrás, todos esperava-mos que este assunto viesse novamente a discussão aqui a este plenário.

Nesta bancada somos contra este assunto não ter vindo á discussão a esta Assembleia — e mais também somos contra esta concessão por grosso por atacado, pensamos que este assunto novos parques de estacionamento deve ser alvo de um estudo prévio para cada caso e caso a caso.

Para nós não é a mesma coisa tratar o parque do hospital/universidade e o parque no Rossio. Para nós não é a mesma coisa tratar de um parque de estacionamento no subsolo da Avenida ou de um parque de estacionamento na parte nascente da estação da CP.

Por outro lado há dias fomos surpreendidos por uma carta do Prof Jorge Carvalho, coordenador do estudo de requalificação da avenida Lourenço Peixinho, lembrou que recebeu este concurso “com a maior estranheza e conseqüente protesto”.

“Um concurso que contraria totalmente o que propusemos e que a Câmara aprovou”. Segundo o Prof. Jorge Carvalho, algo “semelhante” aconteceu com o Rossio, também com parque assinalado na concessão, quando o que se previa era um silo automóvel, do outro lado do canal, junto à rotunda das Pirâmides. “Prever estacionamento para o Rossio atualmente contraria o princípio de minimizar a presença do carro na área central”, alertou Jorge Carvalho.

Também no estudo de mobilidade feito pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, estudo e plano que não se sobrepõe aos planos de mobilidade Municipais, mas dizia eu também este estudo aponta para um grande parque de estacionamento a nascente da estação da CP e este parque não está nos propostos pela MoveAveiro, empresa em processo de extinção e entra em contradição com o referido estudo.

Nós nesta bancada somos a favor de novos parques, até porque quando os donos dos terrenos privados não autorizarem o estacionamento gratuito atrás do Oita, em frente ao Mélia ou em outros terrenos privados, quando tal acontecer, vão ser necessários parques.

Este processo ou outro parecido, já cá veio em Reunião Extraordinária e o ponto foi retirado pelo executivo. Assim o que estávamos à espera era que a Câmara aqui trouxesse esse processo e que não fosse por vias travessas da MoveAveiro. Lembro que é uma empresa em vias de extinção a lançar este concurso e note-se, o Presidente do Conselho de Administração da MoveAveiro é o Vice-presidente da Câmara, o Sr. Vereador Carlos Santos!

Perante estes argumentos nesta bancada subscrevemos esta “Proposta de Recomendação à Câmara” pedindo-lhe que inicie o processo de anulação deste concurso.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰²⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁵

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²⁶

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁷

“Bem, este debate tem sido deveras interessante. Até já percebemos o estado em que está a direita. No CDS há quem atue à revelia dos outros. Acho que ficou a dúvida nessa bancada, no Bloco isto foi feito em conjunto e ninguém atuou à revelia de ninguém – caso haja alguma dúvida.

Eu, apesar de já ter ouvido este princípio muitas vezes, principalmente neste executivo, ainda fico admirado quando um político vem dizer de boca aberta que é tão mau a gerir a coisa pública que o melhor é entregar essa gestão a privados.

Eu já ouvi este princípio muitas vezes e devo dizer que fico angustiado. Eu fico angustiado porque concordo com o presidente Élio Maia em parte. Porque o Presidente Élio Maia é tão mau a gerir a coisa pública, tão mau, que devia deixar de a gerir.

Tão mau, que quando fala duma receita gigantesca do estacionamento em Aveiro, fala como se ela não fosse bem-vinda!?

A parte com a qual eu não concordo com o Presidente Élio Maia, é que a alternativa a essa gestão tenha que ser a entrega do negócio a uma empresa privada — ainda por cima através dum concurso público obscuro como este.

Agora, por falar em má gestão, é óbvio que abdicar duma receita de um milhão por ano é gerir mal. É óbvio que entregar os únicos percursos lucrativos da MoveAveiro a uma empresa privada é gerir mal. É óbvio que ter autocarros com baixo custo de manutenção parados e autocarros caros em movimento é gerir mal. Quem é que fez isto? Foram vocês. Foi o namorado da filha do vice-presidente desta Câmara.

Eu digo por isso, porque meter uma ‘cunha’ para ter um mau gestor na MoveAveiro, também é gerir mal. E isto são Vocês. Isto é vocês a fazer — também levantar-se quando não gosta de ouvir, também é gerir mal!

Agora, por tudo isto, a situação financeira da MoveAveiro é difícil. Pois é. Mas, primeiro, a MoveAveiro não tem que dar lucro, tem é que prestar um serviço à população.

A população, claro que deve pagar esse serviço, para manter a situação económica da empresa sustentável. Mas já o faz. Deve pagar esse serviço através de impostos. É esse o princípio básico duma economia solidária. Existem impostos diretos e indiretos, e as receitas do estacionamento estavam, e muito bem, a serem canalizadas para um serviço público que é a empresa MoveAveiro.

Agora isso é completamente contrário ao que está acontecer, ou seja, pegar numa receita tão importante como essa e entregá-la, durante sessenta anos, a uma empresa privada. Em troca de quê? Em troca de quatro parques que ninguém quer, nem ninguém precisa – e isso já ficou bem demonstrado nesta discussão.

E agora, eu fiquei muito espantado foi com o discurso que se preocupam muito com os funcionários, que não querem mandar ninguém para o desemprego! Então, depois de ter mandado dezenas de funcionários da empresa municipal MoveAveiro para o desemprego, vem aqui dizer que está muito preocupado com isso? Se estivesse preocupado, tinha municipalizado a Move Aveiro, não tinham, acabado com ela, não a tinham destruído.

Mas ainda disse o presidente Élio Maia aqui: Um parque estava projetado junto ao Hospital no programa Polis?! É verdade. Outro parque estava projetado no Plano de Pormenor do Centro Cultural? É verdade. Outro estava projetado na Avenida; isso já não é bem verdade,

porque o projeto não é igual. O que está projetado e o que lançaram a concurso não são bem iguais!?

Agora, é verdade que esses parques estavam projetados. Mas esses parques estavam projetados todos juntos? Não. Houve alguma deliberação para que os parques fossem todos construídos ao mesmo tempo? Isso é mentira.

E é mentira por uma razão muito simples. Nunca, ninguém, com exceção de alguns membros deste Executivo pensou em construir quatro parques subterrâneos na cidade ao mesmo tempo. A razão é muito simples: a ideia base é absurda.

Mas mais do que absurda, é terrivelmente prejudicial para o interesse público, para o interesse dos aveirenses. E nem isso vocês estão a respeitar.

E o pior disto tudo é que o concurso reflete uma total ausência de política de mobilidade em Aveiro por parte deste executivo.

Esta câmara não tem uma ideia, por pequena que seja, do que devem ser os percursos pedonais, percursos de bicicleta, percursos em transportes coletivos ou públicos, não há uma ideia para o que devem ser os percursos marítimos, não há uma estratégia, não há uma linha pensada para um concelho que está, hoje, totalmente retalhado.

Aveiro cresceu demais por causa de políticas erradas, por vossa responsabilidade. Hoje andar entre freguesias urbanas em Aveiro é difícilimo. Quem não tem carro sofre para se deslocar de Esgueira para a Vera Cruz. Agora imaginem de Nossa Senhora de Fátima para a Glória. Isto é responsabilidade vossa. Quem não tem carro em Aveiro, quem não tem dinheiro para ter um carrinho, não tem direito a uma mobilidade decente. E isso significa dificuldades em ir para o emprego, significa dificuldades a usar os equipamentos culturais municipais, desportivos, etc. E a responsabilidade é vossa porque são incompetentes — ou querem sê-lo.

Agora, por fim, naquilo que foi o centro desta discussão, há um argumento central, com o qual também estou plenamente de acordo. Esta câmara fugiu a este debate, quis fugir a este debate e não o fez por um ingénuo esquecimento. Fê-lo propositadamente!

Porque esta Câmara não se esqueceu de marcar esta discussão. Esta Câmara marcou a discussão e depois retirou-a do debate. E portanto, apesar do que separa as diferentes bancadas nesta questão, apesar de haver partidos que têm uma visão do que deve ser a mobilidade neste concelho (e o Bloco tem essa visão) e apesar de haver partidos que aparentemente não têm, essa questão de défice de democracia, essa questão de fugir à discussão é fulcral e é importante.

E portanto, quem nesta Assembleia votar contra esta proposta de recomendação está a aceitar que a sua voz não é necessária na discussão política. Está a dizer à população que os votos que o elegeram foram votos dispensáveis porque a sua voz aqui também é dispensável. Está a dizer à população que eleger este executivo, ter estas pessoas no poder, é a mesma coisa que evitar a discussão política. Tenho dito. Muito Obrigado.”

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰²⁸

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁹

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Confesso que fiquei muito, fiquei e penso que ficámos todos, bastante desiludidos com a argumentação que o Sr. Presidente da Câmara trouxe para um assunto desta dimensão. E acho que aquilo que sintetiza a argumentação do Sr. Presidente da Câmara é aquela ideia de tapar um erro com outro erro tremendo, na nossa opinião. Ou seja, o Sr. Presidente baseia fundamentalmente esta decisão num encontrar de uma solução para resolver o problema de uma empresa municipal que tem de ser extinta. E aqui vais disto, põe-se em causa e compromete-se a política de gestão de um espaço público, nomeadamente estacionamento, para os próximos sessenta anos, ou, para ser preciso, cinquenta mais dez.

O Sr. Presidente falava dos instrumentos de planeamento que a Câmara tem onde constavam, e onde constam, os parques de estacionamento. Esqueceu-se, o Sr. Presidente, de dizer quando é

que foram feitos esses instrumentos de planeamento, quando é que foram criados, quando é que foram revistos, e perceber o que é que são hoje instrumentos de planeamento, qual é a sua capacidade de se adaptarem às novas situações e perceber, em cada momento, o que é que deve e o que é que não deve ser feito. O Sr. Presidente fala do rigor de utilização do que está nos instrumentos de planeamento e eu lembro-lhe aquilo que o Sr. Presidente não se lembrou há pouco tempo e que foi a Ponte que estava no PU da Pólis. Esqueceu-se porque propôs a construção de uma Ponte uns metros mais à frente. Nessa altura, o PU da Pólis já não era um instrumento interessante e aquilo que vinha no PU da Pólis já não era interessante porque não lhe convinha. Agora porque lhe convém vem buscar os parques de estacionamento que estão nos instrumentos de planeamento. Estes “zig-zags” que o Sr. Presidente encontra para ir justificando as suas propostas, de facto, ao fim e ao cabo, acabam nisto que é ter um consenso generalizado a desfavor da sua proposta. E depois mascara os números de uma forma que eu considero inqualificável. O Sr. Presidente, há pouco, em vez de falar da receita da MoveAveiro falava da rentabilidade da MoveAveiro ou da MovePark. Mas não é isso que está em causa. Eu não sei se os cidadãos aveirenses sabem qual é o nível da receita, aos dias de hoje, da MovePark. Estamos a falar de qualquer coisa, nos últimos três anos, entre os setecentos e os oitocentos e qualquer coisa mil euros. O Sr. Vereador pode confirmar se é mais ou menos isto. Portanto, quando pegamos em setecentos ou oitocentos mil euros, vamos pegar em setecentos mil euros/ano de receita. Hoje são receitas do município ou da empresa municipal. Estamos a falar de receita. E o Sr. Presidente pega em setecentos mil euros multiplica por cinquenta anos e dá trinta e cinco milhões de euros. E o Sr. Presidente diz que isto é tudo gratuito. Se fizer cinquenta mais dez dá quarenta e dois milhões de euros. A questão da rentabilidade e dos custos tem a ver com a sua gestão. É ao nível da gestão que se resolve o problema dos custos porque se nós temos um serviço que é rentável não devemos alienar. E só o alienamos, e o Sr. Presidente só o aliena por preconceito ideológico. Ao contrário de si e da sua equipa, do nosso lado há um conjunto de garantias que são importantes que as pessoas saibam e que os aveirenses saibam. É que nós somos a favor da garantia de que a Câmara Municipal tem os instrumentos necessários para gerir e coordenar uma política de mobilidade, uma política de transportes, uma política de planeamento. O Sr. Presidente tem a perspectiva exactamente contrária que é a de conseguir alienar o máximo possível para que a Câmara seja um guichet para passar certidões. O espírito da sua gestão, e é aqui que quero chegar, alienar tudo porque o Sr. Presidente acha sempre, se calhar porque se olha ao espelho e se revê na gestão pública, que a gestão pública gere sempre pior que a gestão privada. E nós não temos essa perspectiva. Se nos perguntarem se esta gestão pública gere pior que muita gestão privada, não tenha dúvida nenhuma que é verdade. Obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[030](#)

“Muito obrigado. Só gostaria de recentrar este nosso debate no propósito do agendamento deste ponto. E o propósito do agendamento deste ponto foi simplesmente este: anular o concurso público para a constituição do direito de superfície, concessão, construção e exploração dos parques. E é isto que nos traz aqui. Nós PSD na Assembleia Municipal aprovámos aqui, porque concordamos com a política que foi seguida, dar a possibilidade da exploração de alguns serviços públicos possam ser feitos por privados, se isso for bom para o município e, como é óbvio, tem também de ser atractivo para os privados que prestam esse serviço. Fizemo-lo quando aprovámos a concessão das quatro linhas da MoveAveiro, fizemo-lo quando aprovámos aqui os pressupostos genéricos do concurso da concessão das carreiras para S. Jacinto da MoveRia, e gostaríamos também de ter uma palavra sobre aquilo que nós chamamos da MovePark e que envolve os parques de estacionamento. Mas mais que a construção dos parques de estacionamento envolve toda uma política de concessão de estacionamento, o estacionamento oneroso, à superfície da nossa cidade, por um período que é

muito, muito, dilatado no tempo. Cinquenta anos, mais dez, é um período muito dilatado. Mas estamos dispostos a poder discutir estes assuntos pondo logo, à partida, algumas reservas que já na devida altura manifestámos. Os meus colegas de Assembleia também já colocaram. Também achámos que, tendo o Município investido nalguns estudos, desde a mobilidade até ao estudo que foi feito pela Universidade para uma requalificação da urbanidade da nossa Avenida Dr. Lourenço Peixinho, era importante que estes próprios responsáveis por estes estudos também estivessem envolvidos nesta discussão e que, depois, levasse a uma decisão de consenso. E isto foram as nossas motivações para nós propormos e sermos proponentes do agendamento deste de anulação deste concurso público. Houve quem entendesse nesta Assembleia Municipal que este ponto poderia ser um flanco aberto, por parte do PSD, para poderem atacar com algumas frases que, de tão falta de sentido, nem sequer vou responder. Eu tinha lido, não estive cá na sexta-feira, o que se passou aqui. A certa altura dizia-se que havia elementos do Partido Socialista estavam à procura de um lugarzito na vereação. Eu achei que o jornalista tinha, se calhar, feito uma interpretação que não seria correcta, porque, realmente, achava que esta bancada do Partido Socialista com certeza que teria elementos de mais valor do que simplesmente para procurarem um lugarzito na vereação. Mas aquilo que se passou hoje é que houve aqui intervenções que não foram mais que isso. Gente que se aproveitou dum ponto, deveras importante para o Município, para simplesmente procurarem um lugarzito numa futura vereação. Felizmente, acho que esse género de argumentação não lhes vai dar nenhum lugarzito de vereação, porque são argumentos que o PS não nos tem habituado porque tem intervenções de muito mais nível do que aquelas que estiveram aqui. Neste ponto, nós gostaríamos de ouvir a posição de todos os elementos desta Assembleia sobre o que é que, realmente, pensam sobre esta proposta de recomendação que estes partidos, de todos os partidos, de todo o espectro político, se uniram para podermos debater com outra profundidade. Só o poderíamos se anulássemos este concurso. Por isso, aqui fica este meu lamento por isto ter acontecido, por não se ter debatido por alguns membros com responsabilidades nesta Assembleia, por não o terem feito. Mas nós também estamos aqui e eu compreendo que o Partido Socialista tenha diversas opiniões dentro da sua própria bancada. Porque também é um partido com alguma dimensão. Não é tanto quanto é o PSD nesta Assembleia mas, de certa maneira, podem compreender que as pessoas que estão nesta bancada, representam-se também a si próprias. Por isso, representam a sua individualidade nesta Assembleia Municipal. E os líderes de bancada, quando estão nesta Assembleia Municipal, votam com um único voto. O líder da bancada do PSD não vota com dezanove votos, como por exemplo nalguns clubes desportivos isso acontece devido à antiguidade ou devido a outros critérios. Não. Nesta Assembleia Municipal de Aveiro o líder do PSD tem um voto. Agora, o líder do PSD ouve os seus companheiros de partido, ouve a concelhia do partido, ouve um conjunto de pessoas, e é em colégio de opiniões que são tomadas as decisões. Por isso, posso assegurar aos meus colegas de outros partidos, mas colegas desta Assembleia Municipal que a posição que tomei, quando assinei em nome da bancada do PSD esta proposta de recomendação, o fiz em concertação com o líder da concelhia, com o líder de todos aqueles que quiseram estar presente numa reunião onde foi decidido que esta seria a nossa posição, esgotado todo um conjunto de diligências que foram feitas, no sentido de que este assunto pudesse ser tratado de outra maneira. Por isso é que nós, estando neste ponto, e tendo este debate generalizado, penso que estamos de acordo, todos aqueles que quiseram que se promovesse e se associassem neste debate, tirando, por isso, todas as outras intervenções que nada tiveram a ver com o assunto, mas todos os outros que tiveram ou fizeram alguma intervenção que tivesse a ver com este ponto, todos nós fomos unânimes em acharmos que há um conjunto de debilidades neste concurso que foi aberto pela MoveAveiro. Por isso, em nome de todos os aveirenses deveria levar a esta recomendação à Câmara. É isso que nós pedimos, em nome do PSD e da bancada do PSD, ao Sr. Presidente da Câmara é que tenha em

consideração esta posição, que vai ser uma posição de grande maioria nesta Assembleia para anular este concurso público promovido pela MoveAveiro. Obrigado.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal Rui Miguel Macela Lela Vaz)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³²

“Duas ou três notas. Primeiro, dar os parabéns ao Partido Socialista, conforme aqui foi referido pelo seu líder, e bem, em termos de gestão política, foi o Partido Socialista que tomou a iniciativa deste processo e que avançou com esse processo. Arrastou consigo, e bem, com todo o mérito, e quero destacar aqui a habilidade, a astúcia, o engenho e a perspicácia, que é preciso ter para conseguir isto e conseguir esta unanimidade. Conseguiu liderar o processo, conseguiu que, no fundo, os outros partidos fossem a reboque do Partido Socialista.

Ao Francisco Dias dizer-lhe que quando eu lhe disse que o lucro da MovePark, nas contas da MoveAveiro, em dois mil e onze, foram duzentos e vinte e um mil euros, é porque foram duzentos e vinte e um mil euros. Se fui às contas da MoveAveiro de dois mil e onze foi porque são as contas que estão aprovadas e que estão publicadas. Estão finalizadas, estão encerradas. Deixe-me só dizer-lhe outra coisa ainda. O Sr. é ainda um pouco novito para estar a chamar alguns nomes às pessoas mais idosas. Trate-as com respeito, pelo menos. Quanto à afirmação de que os terrenos que estão na envolvente do Centro de Congressos, a Câmara não deverá autorizar mais construção, eu quero dizer que o Plano de Pormenor era um instrumento eficaz, de cumprimento obrigatório e quem lá tiver um terreno, cujo instrumento de planeamento preveja determinada construção, quer a Câmara queira, quer não queira, é obrigada, naturalmente, a autorizar essa construção que está prevista no Plano de Pormenor. Quanto ao facto dos instrumentos de planeamento que preveem os parques estarem moribundos, só dizer-vos que é uma opinião moribunda, porque pelo menos um desses parques previsto no PP do Centro foi aqui revisto há relativamente pouco tempo. Portanto, espero que passado meio ano ou um ano da sua aprovação não esteja tão moribundo. Quanto ao facto de que uma decisão deste calibre, em relação à construção dos parques, deveria ter uma maior reflexão, é evidente de que tudo na vida deve merecer sempre sucessivas reflexões. Mas há um momento nestes processos que é decisivo, é o momento em que se elaboram os instrumentos de planeamento. Porque a partir desse momento, em que fica prevista determinada tipologia, determinada construção, determinado equipamento, é isso que tem de ser construído. A partir daí o espaço para a reflexão está condicionado, está limitado, balizado, pelo cumprimento do que lá está previsto, e já não temos grande espaço para alterar. Quanto à gestão e à boa gestão e à excelente gestão das empresas públicas e da MoveAveiro. Não é, naturalmente, fácil e o Partido Socialista tem isso por experiência própria, não é fácil numa empresa pública existir uma boa gestão. Se fosse fácil já o PS a teria feito quando lá estive e não teria havido as dívidas todas que existiram. Tinha sido muito fácil e tinha dado o exemplo na prática de como é que se teria feito. Ou então já teria apresentado aqui propostas concretas para que houvesse uma boa gestão. No concreto e não com as propostas que apresenta que aumentam ainda mais a despesa. Depois, dizer-vos que as empresas públicas de transporte, a nível nacional, têm todas prejuízos que são conhecidos de todos. Só dizer-vos que a STCP e a Carris, juntas, têm uma dívida de mil milhões. Só duas empresas, só estas duas, a STCP e a Carris, têm uma dívida superior a mil milhões de euros. A REFER, sozinha, com uma excelente gestão, certamente, até porque são gestões profissionalizadas. São gestões bem pagas, contrariamente ao que se passa aqui nas nossas gestões, que somos nós que fazemos as nossas gestões das empresas para poupar dinheiro ao Município, mesmo assim, com gestões bem pagas a tempo inteiro, a REFER, sozinha, tem mais dívida do que a dívida de todos os municípios do país, juntos. Dezasseis mil milhões de euros. O Metro de Lisboa, em dois mil e onze, acumulou tanto prejuízo, só nesse ano, como a Câmara de Aveiro tem de dívidas no total. Se fosse fácil gerir

estas empresas públicas elas dariam todas imenso lucro e não os milhares e milhões de euros que aqui estão em prejuízos. Há situações, para quem está por dentro, exógenas e endógenas que impedem, que dificultam, que entram. A primeira é a carga burocrática imensa que qualquer empresa tem que cumprir. São montanhas de papéis, gasta-se quase mais em papéis do que na actividade. Depois há também realidades externas, por exemplo, o gasóleo aumento cinquenta e cinco por cento, por muita boa gestão que exista traz sempre resultados negativos. Há também um decréscimo significativo na utilização. Dizer-vos que os transportes públicos no nosso país, dados do INE, perderam cerca de trinta e quatro mil passageiros, por dia, do primeiro para o segundo trimestre. Portanto, há estas questões todas que não ajudam na gestão. Mas com tanta sapiência que ouvimos aqui, com tanta sageza que ouvimos aqui, de gestores com vocação, com vocação profunda, com capacidade, importa perguntarmos qual foi o resultado, no concreto, dessa sumidade, dessa genialidade, dessa sageza, que tiveram quando estiveram aqui a trabalhar. Foi o que é conhecido por todos em Aveiro, foi o que é conhecido por todos no país, ficámos à beira da ruína, da falência, entregaram-nos ao estrangeiro e às imposições de fora. Estes são os gestores com verdadeira vocação em termos de resultados concretos.

Quanto à votação, na reunião de Câmara, que há pouco o Dr. Pires da Rosa questionou, há aqui uns pormenores que vai ter de esclarecer melhor porque, de facto, não houve votação, e a reunião de Câmara terminou, em relação a este assunto, salvo erro, sem votação, com qualquer coisa, da nossa parte, dizendo: se a Concelhia do PS pretender esclarecer, com abertura e forma construtiva, todo o processo – a ideia geral é esta – estamos aqui, com todo o gosto, para o procurar fazer, se for apenas para votarmos sob a ameaça das instâncias judiciais, não contem connosco. Não houve votação e terminámos com o duplo sentimento de amargura, até porque na altura fomos ameaçados para a judicialização do processo. Se nós não votássemos de acordo com uma proposta que viria a ser entregue, então o processo seguia para outras vias. A nossa reacção foi, perante isso, não termos outra solução senão deixarmos ir para outras vias, até porque se não deixarmos ir para outras vias fica a ideia de que estamos a esconder outra coisa e que estamos com algum receio que o processo possa vir a ter.” Portanto, foi isso que aconteceu sem esse pormenor que referiu.

Além dos parques que referi, do tempo do PS, houve um que me esqueceu. A nossa capacidade é limitada. Mas há sempre alguém que resiste ou, neste caso, há sempre alguém que me lembra. Esqueci-me de um que até foi interessante e penso que até veio aqui à Assembleia, e penso só, porque não tenho a certeza, que terá sido aprovado e que foi um que a Câmara abriu concurso por trás do Centro de Congressos, do outro lado. A Câmara abriu concurso, penso que veio cá, penso que foi aprovado. Não havia, na altura, problemas de mobilidade, nem de veículos, nem de peões, isso é só agora. Na altura não havia e foi aprovado. A Câmara abriu concurso e quando chegámos à Câmara, já com o concurso finalizado, veio o empreiteiro que ganhou a obra ter connosco para construir o parque e pediu-nos um milhão de euros para a sua construção. Penso que, na altura, também foi aberto concurso mas não havia esse tipo de problemas. Quanto ao estarmos a comprometer o futuro ouvi aqui algumas referências, em relação a isso, é um compromisso que estamos a fazer. É evidente que qualquer deliberação que se tome, seja ela qual for, implica sempre um compromisso em termos de futuro. Seja ela qual for. Neste caso, estamos convictos, estando em causa uma intervenção enterrada, no subsolo, estando em causa apenas e só uma concessão desse espaço enterrado no subsolo, não nos parece que haja aqui um comprometimento muito grave em termos de futuro. Porque tudo o que é à superfície continua a ser público. Depois, como também referi, é a custo zero. Também não me parece que haja aqui um compromisso em termos de futuro e que o futuro fique comprometido com isso. Agora, o que eu fico com pena é que esse tipo de pruridos, de questões, que são, naturalmente, razoáveis não tenham sido levantadas quando ficamos com cinquenta milhões de compromissos. Esses sim, hipotecaram o futuro com a construção do Estádio, quando se fizeram leasings, imoleasings, foram quarenta milhões de euros que

andamos a pagar todos os dias, quando deixaram duzentos milhões de passivo verificado pelo IGF, mais cinquenta que estavam prontos e que só faltavam a sua aprovação, e mais trinta milhões de outras questões, o que dava duzentos e oitenta milhões de passivo. Foi pena que, nessa altura, não tivesse havido essa preocupação. E agora quando nos propomos a arranjar alguém, não sabemos se há alguém ou não, mas quando nos disponibilizamos para fazer um investimento de sessenta milhões, sem custo nenhum para nós, criar postos de trabalho, quando não assumimos um cêntimo de risco, não é fácil percebemos esta lógica.

Por último, só dar-vos uma nota seguinte. A opção do PS é clara, ficou aqui outra vez muito clara, é sempre contra tudo. Ainda na sexta-feira, nesta Assembleia, alguém do PS fez o relato de alguns assuntos em que o PS votou contra. Referiu só alguns, e ainda bem, porque se fosse referir-se a todos seria um rol interminável. Seria mais fácil o PS fazer a relação daquilo que apoiou e que votou a favor.

Digam-me uma coisa. Como é que se compreende, e ajudem-me a reflectir sobre isto, que um partido, estando no poder, construa um parque, aprove mais três parques, afirme publicamente a intenção de construir mais parques e depois, quando está na oposição, é contra a construção desses parques, nomeadamente dos parques que ele próprio aprovou. Que poderes obscuros é que andam à volta deste processo? Quem é que se pretende que beneficie disto? Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁴

“Muito brevemente. Só dizer que em relação ao argumento que o Presidente Élio Maia usou. Foi bastante claro o que eu disse. O Presidente Élio Maia baseou-se nas contas aprovadas em dois mil e onze para referir um lucro de duzentos e vinte e um mil euros. Agora, pergunta-se, qual é a pressa? Se já sabe de antemão que para dois mil e doze tem lucros de quatrocentos mil euros, porque é que não espera que as contas sejam aprovadas para poder fazer uma negociação da concessão, com base em valores mais favoráveis da autarquia. Aí, gere mal a situação. Até falou dos passivos do metro de Lisboa, dos passivos de tudo quanto era transporte público, mas esqueceu-se de referir que está a concessionar precisamente aquele que é o sector rentável dentro da MoveAveiro. Finalmente, e acho que isto fala melhor do que tudo o que eu possa dizer, citando o Vereador Carlos Santos, em vinte e cinco de maio de dois mil e doze, disse o seguinte: «devo dizer que temos um grave problema com a MoveAveiro. Tivemos um resultado de exercício negativo de um milhão e quatrocentos mil euros. Temos cerca de quatrocentos mil euros entre o deve e o haver do estacionamento. É um benefício que atenua, claramente, o prejuízo da MoveAveiro.» Esta são as palavras do Vereador dos transportes, não são minhas. Muito sinteticamente, este é um negócio rentista, de uma transferência directa de receitas para privados, não há investimento e fica, sinceramente, a ideia de que os parques de estacionamento são para encher chouriços e o verdadeiro objectivo é entregar negócios rentistas, como é o estacionamento de superfície e os parques já existentes, a privados.”

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰³⁶

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰³⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

“Dr. Pires da Rosa, quando afirmou que era de bom tom vir cá o processo à Assembleia. Eu assumi que sim, disse-o aqui, não por questões de legalidade, nem de obrigatoriedade, mas por questões de respeito à Assembleia. Disse-o aqui há pouco na minha comunicação. Não me

lembro de ter falado em crimes, lembro-me de ter falado nisto com toda a clareza. E penitenciei-me. Penitencio-me ou penitenciamos-nos do que aconteceu. No meio daquele emaranhado de situações de preparar os processos nem tudo corre bem, há sempre falhas. Afirmei aqui que falhei, disse-o aqui, e assumi essa falha. Quem nunca falhou que atire a primeira pedra. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

“Eu concluiria com quatro ideias finais, muito simples. Primeira, todo este negócio, todo este concurso público é de duvidosa legalidade. Segunda, a existência deste concurso público não corresponde a qualquer ideia política por parte deste executivo sobre mobilidade no município. Continuamos com a inexistência de um plano municipal de mobilidade. E no debate aqui hoje trazido não veio uma única ideia de mobilidade para o concelho por parte da autarquia. Ou seja, esta medida e este concurso público baseia-se numa lógica no mínimo casuística, que na realidade não resolve problemas. Pelo contrário os dilata no tempo e os comporta para futuras gerações.

Terceira ideia em relação ao debate é que em momento algum ficou explanado por parte do executivo camarário algum motivo de racionalidade económica, racionalidade urbanística, ou de racionalidade de mobilidade em relação a este projeto. Portanto não houve qualquer justificação nestes campos.

Voltava a fazer a pergunta, que já fiz e não foi respondida. Senhor Presidente de Câmara, quer uma política de estacionamento ao serviço do lucro de uma empresa ou queremos que o poder local democraticamente eleito tenha uma posição congregadora para a gestão das políticas do urbanismo e da mobilidade na cidade e no concelho.

Se daqui sair a aprovação desta Recomendação à Câmara, esta recomendação sairá vitoriosa e portanto este concurso deverá ter a sua falência. É isto.”

Vogal Ivar Corceiro (BE):[040](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[041](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Tentarei ser breve, até porque grande parte do debate já foi feito. Começo por dizer o seguinte. Em boa hora o Partido Socialista tomou esta posição e decidiu apresentar esta proposta e acho que o Sr. Presidente da Câmara cometeu, há bocado, uma maldade com a restante Assembleia Municipal e partidos. Ainda que tenhamos muitas divergências sobre a gestão pública e a gestão da câmara, não me parece que andemos todos a reboque uns dos outros, nomeadamente o próprio PSD e CDS não me parece que tenham ido, mas é a opinião do Sr. Presidente da Câmara e eu respeito. Mas gostava de dizer que, em boa hora, o PS apresentou esta proposta de recomendação e vou relembrar os motivos que nos fizeram apresentar esta proposta. E penso que no essencial nenhum destes foi contestado. O primeiro, o Sr. Presidente disse e penitenciou-se por tal por ter vindo à Assembleia em Setembro e não ter voltado cá. Portanto o Sr. Presidente já respondeu a essa questão. O segundo, no nosso entender, porque ele carece de uma autorização prévia da Assembleia Municipal quando está em causa o direito de superfície como é nosso entendimento. O terceiro motivo tem a ver com as questões da interpretação dos estudos e dos instrumentos que, neste momento, existe. Principalmente os estudos e estudos prévios sobre as questões da mobilidade e do estacionamento. O Sr. Presidente é, provavelmente, a única pessoa e esta Câmara que têm a interpretação que nos transmitiu sobre a necessidade, e diria a prioridade, porque se assim não fosse de certeza que não apresentaria esta proposta de criar mais esta centena ou milhares de estacionamentos. Sobre a questão do debate estamos esclarecidos. Em sede de planos de instrumentos de planeamento estamos a falar de coisas que aconteceram há dez, doze anos, ou mesmo sete ou oito anos atrás, com certeza que nesse âmbito se discutiram algumas coisas.

Agora, desta maneira, com os dados que temos hoje, com o prognóstico que temos, com aquilo que é provisionalmente o nosso futuro, as expectativas que temos sobre as políticas de mobilidade, não houve, de facto, nenhum debate, nem aqui, nem na comunidade, como tantas vezes defendemos. Aliás, os cidadãos mobilizaram-se precisamente por causa disso. E depois, facto que também nos parece indesmentível, uma decisão destas, que tem o horizonte temporal de cinquenta mais dez anos de concessão, inibe e compromete todas as opções que os próximos executivos, os próximos quinze executivos, possam vir a tomar. Portanto, em boa hora o Partido Socialista apresentou e subscreveu esta proposta de recomendação que nós achamos que deve ser hoje aprovada.

Há pouco o Sr. Presidente falava assim num tom mais inflamado e mais nervosos sobre as posições do Partido Socialista ao longo deste mandato, eu gostava de referir algumas já que o Sr. Presidente acabou por não continuar o seu discurso, mas eu dou-lhe uma ajudinha. Eu vou lembrar, para memória futura, alguns dos processos em que o Partido Socialista votou contra. Eu vou dizer para ficar na memória. Vou-lhe dizer, por exemplo, que votámos contra o negócio das piscinas. Votámos contra. E se fosse hoje votaríamos outra vez e acho que atrás de nós votariam, ou ao nosso lado, votariam muitos mais deputados municipais. Votámos contra a venda das águas nas condições em que foi feita. Votámos contra sobre a ponte sobre o canal e a ponte sobre a avenida do parque que, por acaso e coincidentemente, não estão feitas. Votámos contra a criação de dezenas de lugares na estrutura municipal coincidentemente ocupados por pessoas da vossa confiança política e membros dos dois partidos que até há alguma tempo, até a algumas semanas, sustentavam este Executivo. Só para que não haja dúvidas, para que a memória não escape, estes foram alguns dos dossiers que o Partido Socialista se orgulha de ter votado contra. Do ponto de vista político há de facto uma constatação, a de que estamos a chegar ao fim, o Sr. Presidente está a chegar ao fim do seu ciclo, tem sido, de facto, penoso, mas há aqui um denominador comum no seu discurso que é absolutamente cansativo. E não é dito pelo Partido Socialista, que estará cá para assumir o que de bom e o que de mau fez, nunca se faz tudo de bom, o Sr. Presidente disse-o e é verdade, mas estar, permanentemente, durante oito anos sucessivos, a não ter nenhuma outra justificação para justificar o que de mau fez, as suas incompetências, as suas opções, dizer que é a herança que recebeu, o passado, etc., é de facto cansativo e de alguém que não quer aceitar a sua própria incapacidade para desenvolver e para cumprir aquilo que era suposto e a expectativa que criou aos cidadãos aveirenses. Duas notas finais. Uma para lhe dizer que um democrata deveria ter, no âmbito destes debates políticos, conseguido chegar ao fim e assumir, com toda a humildade, algumas situações, nomeadamente, ao contrário do que o Sr. Presidente fez. O seu discurso foi “vocês são todos tolos eu sou o único que tenho razão”. Ou seja, há uma Assembleia Municipal, há cinco partidos nesta Assembleia Municipal, cinco partidos que tomaram uma posição. Ninguém esteve ainda aqui a discutir o conteúdo da concessão, ainda que já se saiba, por parte de alguns partidos, qual é a sua posição sobre esta matéria. O que hoje discutimos foi a proposta de recomendação. E o Sr. Presidente percebendo que no limite teria, pelo menos, comunicado mal, não conseguiu convencer os partidos e a comunidade, poderia ter a humildade de retirar o ponto e perceber que, neste momento, está toda a gente contra esta opção, mas o Sr. Presidente teima em dizer que são só virtudes e que nós estamos todos cegos e que o Sr. Presidente é o único que tem razão. Portanto, acabo perguntando-lhe como lhe perguntei no final da minha primeira intervenção: se esta proposta de recomendação for, hoje, aprovada por esta Assembleia Municipal, garantidamente terá votos dos cinco partidos que aqui estão representados, pergunto-lhe se o Sr. Presidente assume o compromisso de anular ou de solicitar anular este concurso público. Espero que não acabemos esta Assembleia Municipal sem o Sr. Presidente da Câmara assumir, perante os aveirenses e esta Assembleia, esta posição. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴³

“Penso que com estas últimas palavras do Sr. Presidente da Câmara em que se penitenciou por, de facto, não ter trazido este assunto à Assembleia Municipal para haver a discussão, e que motivou esta proposta de recomendação, não preciso, ao contrário do que o Partido Socialista está a querer sugerir, do lado do PSD não precisamos de mais nenhuma confirmação de que este assunto foi mal gerido pela Câmara Municipal de Aveiro, e, por isso, a anulação terá de ser a conclusão imediata deste nosso debate aqui na Assembleia Municipal. Até é escusado que seja a Câmara a deliberar isso, porque me parece, pode ser por uma questão formal, pode ser por uma questão jurídica, que o simples facto da Assembleia Municipal aprovar esta recomendação por uma larga maioria faz com que qualquer candidato ao concurso, e este ponto já está agendado há muito tempo, já sabia que havendo um ponto em discussão nesta Assembleia Municipal que é agendado por todos os partidos da Assembleia Municipal e que tem como objectivo anular um concurso, que ninguém se candidatará sabendo que este concurso carece de nulidade. Por isso, parece-me que de uma forma mais formal, mais escorreita, sem dúvidas, a Câmara Municipal de Aveiro poderá anular este concurso, será através de uma outra via que, eventualmente, possa ser criada e que dê trabalho a mais alguns advogados, que possa haver matéria jurídica para que este assunto não leva a lado nenhum, para que este concurso público, esta concessão, não vão para a frente. O Partido Social Democrata tem, como prática, ouvir os outros partidos, ouvir a Câmara Municipal, ouvir todos os intervenientes da política aveirense, neste caso estamos a falar do PSD de Aveiro, e também é uma prática do PSD a nível nacional. Se isso é apelidado de andar a reboque, não sei. Mas é, realmente, o que nós fazemos. E, por isso, nós quando recebemos algumas ideias e quando concordamos com elas, nós não nos importamos de não sermos os primeiros subscritores dessas próprias ideias. Surgiu esta proposta de recomendação, estando de acordo com os princípios e com os pressupostos desta proposta, não tivemos problema em poder assinar, assim como também apoiámos em todos os outros momentos a Câmara Municipal de Aveiro e o Dr. Élio Mais porque também achámos que essa era a melhor solução para os destinos aveirenses. Isto apesar do Partido Socialista considerar que nós andávamos a reboque do Presidente da Câmara. Nós vamos exercendo a nossa política fruto da maioria que os aveirenses nos deram e, por isso, compreendo que na percepção de alguns possa ser considerado andar a reboque. Na nossa concepção é escolhermos aquilo que de melhor nós podemos trazer para o Município de Aveiro. Também por respeito à própria Assembleia e ao debate da Assembleia. É isto que o PSD de Aveiro procura fazer. Neste caso esperamos que nos possamos associar, uma larga maioria de nós, a esta proposta e a votar favoravelmente esta recomendação que foi subscrita também pelo PSD. Obrigado.”

(Reentrou o Vogal Rui Miguel Macela Leal Vaz)

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁴ o ponto 2.- Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Aveiro, para anular o Concurso Público para a constituição do direito de superfície para a concepção, construção e exploração de quatro parques de estacionamento público em subsolo e concessão da exploração de um parque de estacionamento sito no Mercado Municipal Retalhista "Manuel Firmino" e de lugares de estacionamento oneroso na via pública, na cidade de Aveiro, decidido e aberto pelo Conselho de Administração da MOVEAVEIRO, sendo a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD15+CDS4+PS11+BE2+PCP1), zero abstenções, e três votos contra (PSD3).

(Votaram contra Rui Miguel Macela Leal Vaz, Sesnando Alves dos Reis e Júlio Vasconcelos de Oliveira)

Seguiram-se a declarações de voto dos Vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):[046](#)

“Fazia da minha declaração de voto as minhas intervenções que realizei ao longo desta sessão”

Vogal Ivar Corceiro (BE):[047](#)

“Bem, ficou completamente demonstrado que o projeto da Câmara em concessionar o estacionamento público por sessenta anos e construir quatro parques é uma ideia completamente absurda e descabida. E portanto o Bloco congratula-se com o chumbo nesta Assembleia dessa opção.”

Vogal Carlos Barros (CDS):[048](#)

“A bancada do CDS-PP votou a favor desta proposta de recomendação à Câmara por entender, em consciência, que esta Câmara deve acatar esta Recomendação que visa a anulação do concurso público objeto da presente discussão na defesa dos interesses do município de Aveiro e dos aveirenses.

Consideramos ainda que este executivo encontrará outras soluções de modo a estruturar um plano de mobilidade que vá de encontro com as necessidades de estacionamento subterrâneo e à superfície na nossa cidade. Por tal, é nosso entendimento que se estes parques fossem construídos nos termos concursais abertos, iriam sem dúvida hipotecar as gerações vindouras nos próximos sessenta anos. Tenho dito.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS):[049](#)

“Senhor Presidente, fomos subscritores da proposta. Os considerandos estão lá, os considerandos também, mas noto que ficou por responder por parte do Senhor Presidente da Câmara a pergunta que todos lhes fizemos, sobre se esta aprovação da recomendação significará o pedido de anulação do concurso por parte da própria Câmara e, portanto, ficamos à espera de resposta.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):[050](#)

“Senhor Presidente, pedia que as minhas intervenções ficassem em ata servindo de declaração de voto do PSD. Muito Obrigado”

Continuando, o Presidente da Mesa nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada[051](#) por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Após, o Presidente da Mesa deu conhecimento que, nos termos regimentais,[052](#) seguirá convocatória para a continuidade da sessão ordinária de Abril.

Eram 00:30 horas do dia 23 de Abril de 2013.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)